

Governo reabre luta pelos cinco anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Reunidos informalmente, ontem, no gabinete do ministro Paulo Brossard, da Justiça, 15 ministros discutiram oficialmente durante três horas, os problemas do País e as responsabilidades do governo, mas na interpretação de parlamentares reabriram na prática, a batalha pelo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Como promotor do encontro e porta-voz do grupo, Paulo Brossard informou que o consenso dos ministros é que "a antecipação das eleições presidenciais será funesta ao País". O ministro da Justiça disse que o governo precisa de uma base parlamentar mais eficaz no Congresso para poder expor o que vem fazendo de positivo, porque não pode ficar "calado ou mudo" e, se não conseguir espaço na Assembléia Nacional Constituinte, terá de falar em outro lugar.

Segundo Brossard, o governo está preocupado com a ausência de espaço na Constituinte e quer ver esse quadro modificado. O problema, de seu ponto de vista, é que o líder do governo, Carlos Sant'Anna, não vai à tribuna por dificuldade regimental, fato que provoca sério prejuízo à comunicação. Mas, além de confiar no senso de responsabilidade dos parlamentares, os ministros vão lutar para que haja maior abertura. Indagado se o governo está disposto a mudar o regimento da Constituinte, Brossard limitou-se a perguntar: "Será necessário?"

Lembrando a todo momento que a reunião foi proveitosa e que o clima foi de muita cordialidade, Brossard só lamentou não ter realizado esse tipo de encontro antes, e prometeu promover muitos outros. O primeiro, para integrar os demais 12 ministros que, por compromissos já assumidos, não puderam estar presentes à reunião de ontem. Entusiasmado, o ministro declarou existir absoluta unidade e solidariedade no ministério e disse que seria redundante insistir em que a solidariedade é extensiva ao presidente da República.

CAMINHO DA LEI

O ministro da Justiça considera que o cumprimento da lei é o caminho mais seguro para a paz na sociedade e o exercício da autoridade do governo. A questão, disse, não foi trazida à reunião por ele, mas por outro ministro, o que demonstra a unidade de pensamento no governo.

Mesmo assim, lembrou que o não cumprimento da lei é uma seqüela do autoritarismo e que, dia-a-dia, surgem grupos pedindo exceção. "Parece que há uma idéia de deteriorar o conceito de legalidade", disse, não querendo, a princípio, identificar esses grupos, mas terminou por citar a greve do funcionalismo público como exemplo. Acusou também alguns jornais de pregar a desobediência à lei, mas não quis citar os órgãos criticados.

Argumentando que desde o primeiro dia de governo não houve nenhum retrocesso, apesar de haver pressão pela violação da lei, o ministro da Justiça afirmou não compartilhar do pensamento dos que acreditam numa ruptura institucional. Segundo ele, a posição dos ministros participantes do encontro é que os fatos mostram que o País caminha para uma progressiva institucionalização, sem risco de retrocesso.

Para Brossard, não é a sociedade que promove tumultos, mas pessoas e grupos interessados em colocar suas ambições acima dos interesses da Nação. Ao citar os cartazes difundidos pelo País, acusando parlamentares de traidores do povo, como um exemplo de radicalismo, o ministro ponderou que os grupos que assim agem não estão respeitando a imunidade parlamentar, direito mínimo assegurado aos constituintes. A distribuição dos cartazes foi qualificada pelo ministro de "procedimento feroz, uma agressão à imunidade parlamentar e uma selvageria política" só comparáveis ao fascismo italiano e ao nazismo alemão.

Brossard lembrou, também, que o governo está empenhado na apuração das denúncias de corrupção, e que o presidente José Sarney vem acompanhando dia a dia esse processo. De acordo com ele, qualquer denúncia, formalizada e assinada, será investigada, mas o governo não vai aceitar denúncias genéricas e sem elementos. O governo, informou, seja qual for o foco existente, tem interesse em apurar e punir, porque a situação do País exige austeridade, nem que seja à custa da impopularidade.

Terminada a reunião com os ministros, Brossard foi ao Palácio do Planalto transmitir os resultados ao presidente Sarney. Conversaram por quase uma hora. O presidente mostrou-se muito satisfeito e agradeceu a iniciativa, que, dias antes, havia estimulado.



O governo não pode ficar calado ou mudo, diz Brossard ao reclamar uma base parlamentar mais eficaz no Congresso

Ministros denunciam conspiração

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 15 ministros reunidos ontem no Ministério da Justiça concluíram existir um "clima de conspiração" para impedir que o presidente José Sarney cumpra o mandato de cinco anos, e decidiram lançar uma ofensiva final para evitar que a Assembléia Nacional Constituinte cometa a "insanidade", na expressão do ministro Mafion da Nóbrega, da Fazenda, de convocar eleições presidenciais este ano.

A expressão do ministro da Fazenda foi usada quando o ministro da Justiça, Paulo Brossard, levantou a questão das consequências, para o País, de uma eleição agora. "O sr. ministro chegou recentemente de uma viagem durante a qual manteve contatos diretos com os nossos credores. O que eles pensam de nós se houver eleições?", perguntou. A resposta foi fulminante, de acordo com alguns participantes da reunião. Mafion da Nóbrega classificou de "insanidade, loucura" realizar eleições, "quando o governo, para conter a inflação e o déficit público, terá de adotar medidas impopulares. A que alturas irá a inflação com a campanha eleitoral?" E prosseguiu: "Há três anos que não

entra um dólar no Brasil. Precisamos criar, a cada ano, dois milhões de novos empregos, o que não é possível sem poupança interna nem externa. A situação econômica não aconselha a realização do pleito".

Empolgado, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, chegou a propor que o presidente Sarney elabore um plano de salvação nacional e o submeta à consideração dos presidentes de todos os partidos políticos, propondo a conciliação das forças políticas para superar a crise econômico-financeira. Para o ministro Brossard, o quadro traçado por Mafion da Nóbrega foi suficiente para unir, pelo menos, os ministros e deflagrar uma estratégia comum de defesa do mandato de Sarney.

Minutos depois da reunião, Brossard se reuniu com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada e, em seguida, no Palácio do Planalto. Mas se limitou a dizer que Sarney apenas ficara "satisfeito" com o resultado da reunião. O mesmo diria o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho, logo após ser recebido pelo presidente. Com uma diferença: a partir de agora, de acordo com Barbalho, o presidente Sarney não precisa mais sentir-se acuado.

Durante a reunião, disse ele, todos concordaram em que o governo do presidente Sarney vem sendo "injustamente bombardeado" por setores que, embora minoritários, dominam o noticiário da imprensa e esperam precipitar as eleições. Barbalho não quis identificar os "setores", afirmando que no Congresso conspira-se através do "jogo do abafa", no qual os verdadeiros interesses são geralmente escamoteados. Sobre a participação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o ministro disse valer, para o PMDB, a palavra empenhada há muito tempo em defesa do mandato de cinco anos para Sarney.

Para fazer frente às críticas ao governo, alguns ministros pintaram um quadro bastante otimista do País. Na gestão de Miguel Arraes, por exemplo, Pernambuco está exportando algodão, uma cultura que despencara, há muitos anos, devido à falta de incentivos para enfrentar a concorrência internacional; no Sul, os fabricantes de calçados reagiram à crise e não existe mais o fantasma das retaliações norte-americanas nesse setor; a agricultura se prepara para colher este ano novas safras recordes; e,

por fim, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) forneceu, recentemente, ao próprio Sarney números positivos no índice de emprego e no desempenho de vários setores industriais.

Com esse quadro à mão, os ministros concluíram ser preciso reagir e mostrar à opinião pública que, apesar de uma crise em curso, as perspectivas são melhores do que no passado, mas, para transformá-las em realidade, o País necessita de um clima de tranquilidade política, sem eleições.

A conclusão foi partilhada por todos os presentes: Paulo Brossard, da Justiça, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Mafion da Nóbrega, da Fazenda, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio, Celso Furtado, da Cultura, Vicente Fialho, da Irrigação, Jader Barbalho, da Reforma Agrária, Almir Pazzianotto, do Trabalho, José Reinaldo Tavares, dos Transportes, João Baptista Abreu, do Planejamento, Aluizio Alves, da Administração, e o único militar presente, almirante Henrique Sabóia, da Marinha.

Planalto estimulou o encontro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A reunião ministerial de ontem, sem a participação do presidente José Sarney, foi articulada no início da semana no Palácio do Planalto, na sala do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Anteontem à noite, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, recebeu o "sinal verde" para convocar os ministros através de um telefonema de Costa Couto. Na sala do ministro estava presente o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes.

Oficialmente, porém, o Palácio do Planalto fez questão de ficar de fora das articulações, deixando correr tudo por conta do ministro-anfitrião, Paulo Brossard. Até a noite de ontem, por exemplo, não se ouviu nenhuma palavra oficial do governo sobre a reunião, embora os ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, e o próprio Brossard tenham conversado demoradamente com Sarney para detalhar os pontos discutidos pelos 15 ministros presentes.

A estratégia palaciana é a de evitar deixar transparecer que o presidente Sarney está pessoalmente empenhado, de novo, na conquista do mandato de cinco anos. Por coincidência em Brasília ontem, tratando da visita que Sarney fará ao Território de Fernando de Noronha nos dias 11 e 12, o governador Fernando César Mesquita disse que o presidente não está brigando por mandato, pois já se resignou a aceitar, qualquer que seja, o resultado da Constituinte.

No entanto, alguns políticos consideram natural que o presidente estimule esse tipo de reunião. Um dos líderes do Centro Democrático, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), afirma que Sarney deve assumir o comando político, que é próprio do sistema presidencialista, "e isso não está acontecendo".

Um frequentador do Palácio do Planalto lembra que a última reforma ministerial criou expectativas de mudanças na estratégia do governo: Sarney iria prestigiar as forças políticas que o apoiavam. Isso não vem acontecendo e até parentes de ministros já ousam votar contra a orientação da liderança, como Hen-

rique Alves, filho do ministro da Administração, Aluizio Alves.

"Muitos estão se esquecendo que vivemos, com Sarney, o regime mais aberto de todos os tempos", comentou o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), que apóia Sarney, cinco anos de mandato e o presidencialismo. Já o deputado Luiz Eduardo, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, acha que a culpa pela falta de apoio político-parlamentar ao presidente é do governo e também dos políticos. "Se o presidente da República partir, com firmeza, para o corte do déficit público, por exemplo, o quadro poderá mudar. A solução só poderá ser encontrada na área econômica", disse ele.

RECURSO

Ainda ontem, o presidente Sarney solicitou à Mesa do Senado uma cópia da ata de sua diplomacia como presidente da República. A interpretação dos peemedebistas é que Sarney está se preparando para entrar com recurso no STF, caso a Constituinte aprove para ele um mandato de quatro anos.

Só a Constituinte preocupa Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Eu não tenho informações circunstanciais para opinar e não sei se vão trazer o assunto discutido ao meu conhecimento", afirmou ontem o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, referindo-se à reunião realizada ontem entre os ministros, no Ministério da Justiça. Ulysses comentou, entretanto, que considera normal o enfraquecimento da base parlamentar de apoio ao governo.

Ulysses Guimarães afirmou que os congressistas não é a mesma para os trabalhos constitucionais, diminuindo as discussões sobre assuntos do governo. "Os constituintes estão envolvidos no trabalho da elaboração da Carta Magna, tanto que não temos, praticamente, tido sessões da Câmara ou do Senado", afirmou.

Segundo ele, "a preocupação dos congressistas não é a mesma que normalmente ocorre, de posição ou oposição ao governo, mas, sim, de vinculação em torno dos trabalhos realizados no plenário da Constituinte".